



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 6

REUNIÃO REGIONAL CENTO – OESTE, MINAS GERAIS E TOCANTINS – 2014

Data: 05 a 08 de agosto de 2014

Local: Palmas / TO

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

Assuntos Tratados

Dr. Raimundo Parrião, Presidente da AEM – TO, abriu a reunião desejando boas-vindas a todos e falou sobre a importância de se traçar metas, destacando que o modelo aplicado pelo Inmetro é um sucesso.

Falou acerca da excelente liderança da Cored e, finalizando, desejou a todos os participantes uma semana produtiva.

Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBML – Q, agradeceu a receptividade e informou que o Prof. João Jornada, Presidente do Inmetro, está retomando suas atividades, depois de um longo período de licença médica.

Posteriormente, desejou a todos um excelente trabalho, ressaltando que a atividade é muito cansativa, mas é gratificante.

Esclareceu que nesta etapa será realizado o planejamento do ano de 2018 e os ajustes dos anos de 2017, 2016 e 2015.

A apresentação foi iniciada, onde apresentou o calendário do 2º semestre de 2014 de reuniões da RBMLQ – I, evidenciando as alterações.

Os resultados da execução do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação (exercícios 2013 e 2014) foram abordados, exibindo os gráficos comparativos da receita estratificada.

Apontou que toda a RBMLQ – I teve uma queda considerável na receita e destacou que a inadimplência do jurídico aumentou.

Sobre a região Centro – Oeste, apontou que houve um crescimento da receita total em 8% e ressaltou que a inadimplência no jurídico teve um aumento.

Falou que o estado de Goiás teve um crescimento na sua receita total de 21%, destacando que, atualmente, há profissionais preparados. Apresentou os dados da SURGO e de CSBRA, separadamente.

Acerca do Mato Grosso do Sul, Dr. Omer Pohlmann Filho, dando prosseguimento a sua apresentação, apontou uma queda de 3% em serviços metrológicos e ressaltou que a receita final teve um crescimento de 14%.

Destacou que a receita de Mato Grosso teve uma queda na receita total de 7% e apontou que a inadimplência em serviço e no jurídico teve um aumento.

Falou que o estado do Tocantins teve um crescimento da receita total de 5% e destacou que a inadimplência em serviço e no jurídico, também, teve um crescimento.

Posteriormente, apresentou os dados da Região Sudeste, onde foi evidenciado que a receita total teve uma queda de 1%.

Destacou que o estado de Minas Gerais teve um crescimento de 22% em sua receita total e Dr. Ivan Alves Soares, Dirigente do Ipem – MG, ressaltou que este sucesso se deu devido à competência de sua equipe.

Na sequência, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou o Comparativo da Evolução da Receita Total e Despesa, exibindo os dados de toda a RBMLQ – I.

Esclareceu que foi pactuado um crescimento de 18%, porém, com o que foi realizado até julho/2014 e se for cumprido o planejamento do segundo semestre, a RBMLQ – I terá um crescimento de 8%.

Destacou que a região Centro – Oeste pactuou um crescimento de 30%, porém, com o realizado até o julho e caso seja cumprido o planejamento do segundo semestre, esta região terá um aumento de apenas 8%.

Ressaltou que o estado de Goiás havia pactuado um crescimento de 52%, porém com o que foi realizada até o atual momento se alcançará, apenas, um crescimento de 40%.

Esclareceu que o Estado do Mato Grosso do Sul havia pactuado um crescimento de 5%, mas conseguirá crescer, apenas, 3%, se realizar o que foi planejado para o segundo semestre.

Apontou que o estado do Mato Grosso pactuou um crescimento de 27%, porém só conseguirá crescer 3%, caso realize o que foi previsto para o segundo semestre.

Acerca do estado do Tocantins, informou que esse estado pactuou um crescimento de 17%, porém, se realizar no segundo semestre o que foi planejado, atingirá um crescimento de 5%, apenas.

Destacou que alguns estados não tiveram o crescimento esperado devido aos feriados do primeiro semestre.

Dr. Wilibaldo de Sousa Junior, Superintendente da SURGO, solicitou que as equipes do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação façam uma avaliação nos Órgãos Delegados. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que a Cored já faz uma supervisão e acredita que este é um bom trabalho, destacando que se a Dconf e a Dimel também participassem desta supervisão o trabalho seria mais consistente. Esclareceu que ao término da supervisão a equipe se reúne com o gestor do Órgão Delegado para apresentar o resultado.

Dr. Raimundo Parrião apontou que vários acontecimentos ocorreram, não permitindo que os índices pactuados fossem alcançados. Destacou que as equipes da AEM – TO estão paradas para fazerem o Curso de Agentes Metrológicos e Dr. Omer Pohlmann Filho enfatizou a importância de se ter equipes qualificadas.

Sra. Rosana Ribeiro Pontes, Técnica da Cored, esclareceu que o curso visa tornar os participantes mais eficientes e produtivos.

Dr. Sergio Maia Miranda, Dirigente da AEM – MS, questionou o estado de Brasília não ser um Órgão Delegado, destacando que esse estado tem condições de ter receita própria. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que o Dr. Wilibaldo de Sousa Junior, como gestor, deve cobrar as obrigações desse estado, destacando a necessidade do Diretor Técnico ser atuante.

Na sequência, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou os dados da Região Sudeste, onde apontou que foi pactuado um crescimento de 21%, porém, se conseguirem realizar o que foi planejado para o segundo semestre, esta região terá um crescimento de 8%.

Sobre Minas Gerais, informou que este estado havia pactuado um crescimento de 80%, mas se conseguirem realizar o que foi planejado para o segundo semestre, crescerão, apenas, 52%.

Posteriormente, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou o quadro resumo do Plano de Trabalho e do Plano de aplicação, informando que a Cored entregará esse material para todos os estados, visando auxiliar no planejamento.

Apresentou, ainda, o comparativo da receita do primeiro semestre (multas e dívida ativa) e destacou que os estabelecimentos que comercializam pão francês devem ser fiscalizados em sua totalidade, chamando atenção para a facilidade deste tipo de fiscalização (pergunta no coletor).

Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, destacou que, em relação a multas, Minas Gerais encontra-se abaixo da média nacional e Tocantins acima.

Dr. Renê Rodrigues, Diretor de Fiscalização do Ipem – MT, falou que com a nova regulamentação de Pré – Medidos não se alcançará os números pactuados. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que Paraná e Minas Gerais, mesmo com esta mudança, permaneceram com bons índices.

Dr. Omer Pohlmann Filho, finalizando, destacou a receita a classificar, informando que há estados que podem não estar fazendo o lançamento no sistema.

Sra. Rosana Ribeiro Pontes falou acerca da Pesquisa de Satisfação de Clientes, onde explicou que a pesquisa tem o objetivo de coletar dados fiéis para que os processos da Cored sejam melhorados.

Destacou que a pesquisa é individual e caso alguém não conheça o processo, pode-se deixar em branco.

Sobre o Planejamento e Controle de Marcas, Sra. Rosana Ribeiro Pontes abordou a economia de recurso que este novo procedimento gerou, onde será feito um cadastro de necessidades para os próximos quatro anos.

Acerca do Curso de Formação de Agentes Fiscais, Sra. Rosana Ribeiro Pontes informou há 2 (duas) turmas abertas.

Destacou que não há tanta inscrição e apontou que, às vezes, a inscrição é feita, mas o participante não comparece.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância do fiscal ter o curso.

Sra. Rosana Ribeiro Pontes destacou a necessidade de cada Órgão Delegado ter pelo menos um monitor para cada atividade, destacando a necessidade de se ter o perfil adequado.

O Espaço Dimel foi iniciado e o Dr. Luiz Carlos Gomes dos Santos, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, abordou a reestruturação da Dimel, enfatizando que a supervisão metrológica é muito ampla. Explicou que esta atividade é desenvolvida em conjunto com os Órgãos Delegados, visando à garantia metrológica.

Esclareceu que a Disme é a unidade organizacional subordinada a Dimel, responsável por planejar e realizar a supervisão de todas as atividades relacionadas à metrologia legal.

Esclareceu, ainda, que a metrologia legal é compreendida pela supervisão dos órgãos integrantes da RBMLQ – I (auditoria técnica), supervisão das empresas autorizadas que realizam atividades técnicas em metrologia legal, não dotadas de poder de polícia administrativa (Vigilância de Sistema da Qualidade) e pela supervisão de instrumentos de medição regulamentados em uso (Vigilância de Campo).

Destacou o princípio da independência e da imparcialidade, onde a Dimel / Disme atua de forma independente e imparcial, não se envolvendo com o objeto sob supervisão, isto é, instrumentos de medição, mercadorias pré medidas, empresas e órgãos delegados.

Apontou que a Dimel / Disme elimina qualquer conflito de interesse, mantendo a imparcialidade nas supervisões e recomendações.

Explicou que algumas atividades foram retiradas da DISME (rastreadabilidade dos padrões dos Órgãos Delegados, Arqueação de Tanque, Suporte Técnico aos Órgãos Delegados) e uma nova divisão foi feita (DGPRO), visando dar suporte à Rede.

Abordou a questão da auditoria, onde as pendências que não forem sanadas serão encaminhadas à Cored para que essa coordenação possa tomar as atitudes cabíveis, de acordo com o convênio.

O Espaço Dconf foi iniciado e o Sr. Marcelo Monteiro que falou sobre o estágio atual das mudanças idealizadas para a fiscalização de produtos, destacando o processo de planejamento e registro.

Acerca da Fiscalização Técnica, informou que esta fiscalização não se limitará em analisar o produto apenas pela presença do selo.

Destacou que ensaios rápidos poderão ser realizados, onde se verificará se o produto é ou não seguro e informou que os fiscais serão preparados para atuar na rua, fazendo outros ensaios.

Sobre o deslocamento da ação fiscal para dentro as rede de distribuição, ressaltou a parceria com a Receita Federal e a atuação nas zonas alfandegárias.

Esclareceu que, na área alfandegária, o produto irregular será penalizado pelo Inmetro e não será liberado pela Receita Federal.

Ressaltou que este deslocamento de atuação gerará uma redução na meta estabelecida e demandará um fiscal mais qualificado, pois as ações serão mais demoradas e os valores das multas serão alterados.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou que os valores das multas de instrumentos também serão alterados.

Sr. Marcelo Monteiro, dando prosseguimento, falou sobre a implantação de laboratório nos Órgãos Delegados, destacando a necessidade destes laboratórios para se realizar a fiscalização Técnica.

Falou sobre a migração do registro para o SGI e informou que os procedimentos de fiscalização serão publicados junto com os regulamentos técnicos, visando promover uma maior integração entre o regulamentador e o fiscalizador.

Dr. Sergio Maia Miranda falou que formalizar as ações do fiscalizador é um risco, mas Sr. Marcelo Monteiro esclareceu que esta medida está sendo baseada no princípio da transparência e Sr. Claudio Barreto, Assessor da Diraf, informou que esta iniciativa foi uma solicitação do Tribunal de Contas da União.

Sobre a atividade de consumo seguro e saúde, falou sobre as redes locais existentes e solicitou que os Órgãos Delegados formem sua rede local.

Acerca do Prêmio Nacional de Avaliação da Conformidade, esclareceu que se encontra na 3º edição e informou que o edital está em fase de publicação.

Finalizando, abordou as categorias que serão premiadas.

Dr. Ivan Alves Soares retomou a questão das multas, destacando que haverá reclamações. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que as grandes multas serão aplicadas em erros de medição, relatando que os outros países aplicam multas altas para que não valha a pena estar irregular.

O Espaço Audin foi iniciado e o Dr. Rogério Fernandes, Auditor Chefe do Inmetro, falou que a atividade da Cored é importante, pois oferece insumos para a elaboração dos trabalhos.

Informou que apresentará um panorama das recomendações mais emanadas aos Órgãos Delegados.

Registrou as recomendações que ferem a legislação, ressaltando a ausência da atuação fiscal de contrato, a ausência de desconto de auxílio alimentação e transporte na concessão de diárias, a ausência de justificativa para a não realização de pregão eletrônico, a ausência de estudo quantitativo quando da aquisição de bens e materiais, a ausência do detalhamento do objeto a ser adquirido e as falhas na formalização de processos.

Posteriormente, abordou as recomendações que ferem a cláusula dos convênios firmados entre o Inmetro e os Órgãos Delegados, apontando a ausência da utilização do SGI como ferramenta de controle de gestão.

Iniciou-se o espaço Diraf e Sr. Claudio Barreto falou que as demandas de reformas e obras encontram-se crescentes.

Destacou que o Inmetro recebeu uma demanda do MPOG e do TCU, acerca das obras que estão sendo executadas nos Órgãos Delegados.

Apresentou o Manual de Obras do TCU e registrou que todas as obras com recurso federal terão que ser detalhadas.

Esclareceu o que é obra pública, de acordo com o manual, e explicou que há um rito a ser seguido.

Informou que há uma determinação que visa criar um sistema para registro das obras.

Assuntos Tratados

Página 6 de 6

Falou que o Inmetro contratou engenheiros que atuarão nos Órgãos Delegados verificando a qualidade predial.

Ressaltou que toda demanda de obra deverá ser encaminhada para a Cored, que repassará para Diraf.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância de se fazer a previsão no Plano de Aplicação, ressaltando que o recurso direcionado para obra precisa ser usado, pois caso não se realize a obra, este ficará retido.

Sr. Geovane Mendes Miranda, Diretor de Administração e Finanças do Ipem – MG, destacou a demora do Inmetro em entregar os projetos solicitados e o Sr. Claudio Barreto que os atrasos ocorreram devido a carência de engenheiros que o Inmetro tinha.

Dr. Sergio Maia Miranda perguntou sobre a possibilidade dos Órgãos Delegados contratarem um engenheiro para executar as obras e o Inmetro apenas supervisionar.

Sr. Claudio Barreto explicou que o Inmetro é responsável por fiscalizar as obras e, portanto, pode-se contratar uma empresa e o Inmetro, apenas, fiscaliza, destacando a importância de todos os elementos estarem no processo.

A reunião foi finalizada pelo Dr. Omer Pohlmann Filho e as elaborações e ajustes dos planos de trabalho e aplicação foram iniciadas.

Próxima Reunião:

Data: Não definida

Local: Não definida